

# Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,  
CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Diretores e Conselheiros do  
Instituto Mauá de Tecnologia - IMT  
São Caetano do Sul - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Mauá de Tecnologia - IMT "Instituto", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Mauá de Tecnologia - IMT em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

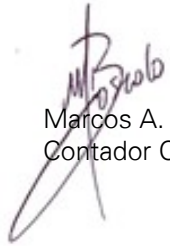
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6



Marcos A. Boscolo  
Contador CRC 1SP198789/O-0

## Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		253	229	Fornecedores		4.261	3.900
Aplicações financeiras	4	398.042	369.782	Salários, férias e encargos sociais a pagar	10	11.286	8.299
Bancos conta vinculada	4	23.062	14.648	Impostos a vencer		285	283
Contas a receber de clientes	5	3.115	3.309	Crédito educativo	6	2.324	2.046
Contas a receber de crédito educativo	6	5.975	5.764	Outras contas a pagar		1.174	820
Estoque de materiais		502	347	Mensalidades antecipadas		1.221	1.035
Outros créditos		282	236				
Despesas antecipadas		2.551	1.939	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>20.551</b>	<b>16.383</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>433.782</b>	<b>396.254</b>	Crédito educativo	6	459	379
<b>Realizável a longo prazo</b>				Outras contas a pagar		1.478	1.148
Contas a receber de crédito educativo	6	18.760	21.411	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.937</b>	<b>1.527</b>
Depósitos judiciais	9	73.462	55.702	<b>Patrimônio líquido</b>			
Outros créditos		82	124	Patrimônio social		533.588	500.458
		92.304	77.237	Ajustes de avaliação patrimonial		24.620	24.770
Imobilizado	7	105.530	101.824	Superávits acumulados		51.721	33.130
Intangível		801	953	<b>Total do patrimônio líquido</b>	11	<b>609.929</b>	<b>558.358</b>
		106.331	102.777				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>198.635</b>	<b>180.014</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>632.417</b>	<b>576.268</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>632.417</b>	<b>576.268</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
<b>Receita operacional</b>	12	110.259	109.539
<b>Custo dos serviços prestados</b>			
Pessoal		(68.968)	(60.175)
Outros custos dos serviços prestados	13	<u>(25.351)</u>	<u>(19.337)</u>
		(94.319)	(79.512)
<b>Superávit bruto operacional</b>		<u>15.940</u>	<u>30.027</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesa com pessoal administrativo		(11.317)	(10.184)
Despesas com vendas	14	(9.005)	(7.044)
Reversão (provisão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	15	799	2.263
Despesas gerais e administrativas		(7.763)	(5.897)
Depreciações e amortizações		(1.213)	(1.379)
Outras receitas e despesas operacionais		1.233	976
Provisão para contingências	9	<u>(100)</u>	<u>(109)</u>
		(27.366)	(21.374)
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<u>(11.426)</u>	<u>8.653</u>
Receitas financeiras	16	63.282	25.046
Despesas financeiras	16	<u>(285)</u>	<u>(721)</u>
<b>Receitas financeiras, líquidas</b>		<u>62.997</u>	<u>24.325</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>51.571</u></u>	<u><u>32.978</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Superávit do exercício</b>	51.571	32.978
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>51.571</u></u>	<u><u>32.978</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	<b>Patrimônio social</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Superávits acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	483.000	24.922	17.458	525.380
Incorporação ao patrimônio social	17.458	-	(17.458)	-
Realização de ajuste patrimonial	-	(152)	152	-
Superávit do exercício	-	-	32.978	32.978
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2021</b>	500.458	24.770	33.130	558.358
Incorporação ao patrimônio social	33.130	-	(33.130)	-
Realização de ajuste patrimonial	-	(150)	150	-
Superávit do exercício	-	-	51.571	51.571
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>533.588</u>	<u>24.620</u>	<u>51.721</u>	<u>609.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Mauá de Tecnologia - IMT

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos operacionais	108.091	107.119
Pagamentos de pessoal, materiais e serviços	(112.445)	(97.528)
Pagamentos de contingências - Novos depósitos judiciais	(11.237)	(10.286)
Outros recebimentos/pagamentos operacionais	49	599
Rendimentos e despesas financeiras	51.450	20.068
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.908	19.972
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Ativo imobilizado	(9.496)	(3.216)
Aplicações financeiras	(28.260)	(20.432)
Bancos conta vinculada	(8.414)	(5.830)
Outros	(996)	(354)
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(47.166)	(29.832)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Movimento do crédito educativo	11.282	9.759
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	11.282	9.759
	<hr/>	<hr/>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	24	(101)
	<hr/>	<hr/>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	24	(101)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	229	330
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>253</u>	<u>229</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto Mauá de Tecnologia - IMT (“Instituto” ou “IMT”) tem por finalidade promover o ensino técnico-científico em grau universitário e em todos os demais graus, bem como a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, visando à formação, nos seus campos de atuação, de recursos humanos altamente qualificados.

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos e goza de imunidade tributária.

O Instituto incorreu em 2022, em déficit operacional de R\$ 11.426 frente a um superávit operacional de R\$ 8.653 em 2021, representando uma variação de R\$ 20.079 em 2022 frente a 2021. Isso ocorreu em função do Instituto ter aumentado sua receita líquida em apenas 0,65% enquanto os custos e despesas operacionais aumentaram 20,61%. Apesar disso o Instituto ainda apresentou superávit no exercício de 2022 e 2021 motivado pelos ganhos financeiros. O Instituto também apresenta índices financeiros bastante sólidos como capital circulante líquido de R\$ 413.231 em 2022 (R\$ 379.871 em 2021).

O Instituto não identificou nenhum evento que pudesse indicar indícios de *impairment* e/ou de não realização de seus ativos. Também não identificou impactos nos negócios em virtude da Covid-19.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração Executiva do Instituto em 8 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Instituto estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Instituto possui aplicações no fundo semi-exclusivo Barão de Mauá Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado. Este fundo não foi consolidado em função de não ter efeitos relevantes para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, tomadas em conjunto.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção pelos instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação da mensuração de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Nota 5
Determinação do ajuste para créditos de liquidação duvidosa em crédito educativo	Nota 6
Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível	Nota 7
Determinação mensuração das provisões para contingências	Nota 9

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

**3 Principais políticas contábeis**

O Instituto aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

**a. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

**b. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e são efetuadas em investimento de baixo risco.

**c. Contas a receber**

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência e registradas por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização. São classificadas no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Instituto para cobrir prováveis perdas na realização de créditos a receber e é calculada levando-se em consideração os índices históricos de recuperação.

A exposição do Instituto a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao “Contas a receber de clientes” está divulgada na Nota Explicativa nº 17.

#### **d. Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando necessário, por perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

##### *Bens adquiridos com recursos de contratos de parcerias*

Refere-se aos valores recebidos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) provenientes de reserva técnica institucional e destinados exclusivamente à projetos de pesquisas, e já empregados na aquisição de ativos imobilizados, os quais inicialmente, deverão ser devolvidos à FAPESP ao término do contrato de parceria. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação. De forma concomitante, os valores já empenhados na aquisição desses ativos são mantidos em conta de passivo não circulante (outras contas a pagar), uma vez que o Instituto, embora detenha o direito de uso dos ativos durante o período de vigência contratual, deverá devolver ao parceiro, exceto se houver o recebimento desses bens em doação. Em caso de confirmação de evento de doação dos bens para o Instituto, este passivo se reverte em receita no exercício de competência.

##### **(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Edifícios	50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos

A taxa de depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros segue o prazo de vigência dos contratos de comodato firmados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

##### **(iii) Comodatos**

O Instituto possui concessão de uso de imóvel pela Prefeitura Municipal de São Paulo situado na rua Pedro de Toledo, 1071 – São Paulo - SP pelo prazo de 40 anos, com escritura datada em 17/06/1982 e também concessão de permissão de uso a título precário, gratuito e por tempo indeterminado da Praça Mauá, localizada no balão de retorno da av. Guido Aliberti e na altura do n. 2035 da Estrada das Lágrimas em São Caetano do Sul - SP.

**e. Intangível**

Ativos intangíveis que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de cinco anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

**f. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2022 e 2021, o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender ambas as condições a seguir:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

*Ativos financeiros registrados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR)*

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

#### *Custo amortizado*

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos, contas a receber de crédito educativo e outros créditos provenientes de prestação de serviços de ensaios e pesquisas.

#### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, mensalidades antecipadas, créditos educativos e outras contas a pagar.

#### **(iii) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(iv) *Instrumentos financeiros derivativos***

O Instituto não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

#### **g. *Redução ao valor recuperável (impairment)***

##### **(i) *Ativos financeiros não derivativos***

O Instituto apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

#### *Mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis do Instituto. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas esperadas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como os títulos vencidos há mais de 180 dias – que são 100% provisionados para perdas. Além da provisão desses montantes de elevada maturidade, a Entidade provisiona perdas esperadas para os valores constantes em todas as demais faixas de maturidade de suas contas a receber, incluindo os títulos à vencer, conforme critérios detalhados na nota explicativa nº 5.

Os créditos educativos a receber (conforme nota explicativa nº 6) também estão sujeitos à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, que são constituídas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade, seguindo as seguintes premissas:

- Créditos educativos a receber vencidos, que estejam em cobrança judicial ou que foram renegociados e firmados acordos (mesmo que estejam a vencer) são 100% provisionados para perdas; e
- Demais créditos educativos a receber de longo prazo estão sujeitos ao percentual médio de perda esperada com base no histórico de inadimplência e no método de rolagem de 19,63% em 2022 (19,94% em 2021).

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido, sobre condições de que o Instituto não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos do Instituto, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas do Instituto.

**(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. A Administração do Instituto não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2022.



**h. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

**i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Instituto tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**j. Reconhecimento das receitas operacionais**

As receitas incluem, principalmente, mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), serviços de ensaios e pesquisas, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados, líquidas de descontos comerciais e quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Instituto, (iii) o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

Vide critérios específicos, a seguir:

**(i) Ensino (Graduação e Pós-graduação)**

A receita de prestação de serviços de ensino é reconhecida pelo regime de competência, com base nos valores estabelecidos através de um contrato assinado entre o aluno ou seu responsável e o Instituto. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

**(ii) Ensaios e pesquisas**

A receita de prestação de serviços de ensaios e pesquisas é reconhecida pelo regime de competência, com base na realização dos serviços contratados. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

**k. Mensalidades antecipadas**

Como prática de negócio e mercado de atuação do Instituto, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao longo do exercício social em curso. Consequentemente, são reconhecidas como mensalidades antecipadas, no passivo circulante, as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pelo Instituto no exercício social em curso, além de mensalidades pagas antecipadamente.

**l. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias.

**m. Gerenciamento de risco financeiro**

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites dos riscos enfrentados. São revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

— Risco de crédito; e

— Risco de mercado.

O Instituto apresenta informações, políticas e processos para manutenção e gerenciamento dos riscos supramencionados.

**n. Trabalhos voluntários**

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse tais serviços em mercado similar. O Instituto registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 12.

**o. Arrendamentos - CPC 06 (R2)**

Os arrendamentos contratados pelo Instituto são arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses) e itens de baixo valor que são constituídos por estruturas de uso temporário para eventos e feiras como tendas, balcões, geradores de energia, aparelhos de som e televisão, andaimes para obras de conservação e manutenção, cilindros de gás para uso nos laboratórios e outros itens também de baixo valor monetário. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## 4 Aplicações financeiras e bancos conta vinculada

### a) Aplicações financeiras

Banco	Modalidade	2022	2021
Itaú - Active Fix 5	Fundos-DI	130.350	96.348
Safra – Capital Market	Fundos-DI	58.290	51.395
Bradesco – Performance	Fundos-DI	55.906	49.164
Itaú - Active Fix	Fundos-DI	47.588	53.927
<b>(a) Safra - BRM - Barão de Mauá</b>	Fundos-DI	47.191	41.859
Bradesco-CRED. PRIVADO	Fundos-DI	28.191	33.452
Itaú – Optimus RF	Fundos-DI	18.143	16.040
Santander-Di-Premium-DI	Fundos-DI	12.184	27.339
Santander-CDB-Caucionado	CDB	184	164
Bradesco S/A - Invest. Fácil	CDB	15	94
		398.042	369.782

Compreendem basicamente aplicações financeiras, as quais estão vinculadas à remuneração entre 100% a 106% do CDI em 2022 e 2021, que o Instituto contrata com instituições financeiras de primeira linha.

- (a) Refere-se ao fundo semi-exclusivo Barão de Mauá, constituído em 12 de julho de 2016 e com início das atividades em 1º de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, destinado a um grupo restrito de investidores que pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição para a Administradora, investidores em geral, para aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento de classes diversas e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento de classes diversas, sem possuir o compromisso de concentração em nenhuma estratégia específica. O fundo pode adquirir ativos financeiros negociados no exterior, até o limite admitido pelo regulamento em vigor. Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora ou por nenhum mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e, por sua própria natureza, sujeitam o Fundo às oscilações do mercado e aos riscos inerentes a tais investimentos, podendo resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais. A rentabilidade ao ano do fundo foi de 12,73% em 2022 e 2,81% em 2021.

### b) Bancos conta vinculada

	2022	2021
Total	23.062	14.648

Bancos conta vinculada referem-se a depósitos vinculados especificamente às operações de crédito educativo do Fundo Mauá de Bolsas, Fundo Dr. Alfredo E.A. Villela e Fundo Gabriel Jorge Salomão. Tais fundos foram constituídos com a finalidade de conceder crédito educativo aos alunos de graduação do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia.

O aumento de 57,4% ocorrido nesta rubrica foi motivado pela redefinição dos critérios de concessões e por recebimentos relevantes de períodos anteriores. Veja maiores detalhes na nota explicativa nº 6.

## 5 Contas a receber de clientes

O saldo inclui parcelas a receber de clientes pessoas físicas (mensalidades de cursos) e jurídicas (ensaios e pesquisas). Em 31 de dezembro, o saldo está assim representado:

	2022	2021
Contas a receber de alunos	13.889	14.274
Contas a receber de ensaios e pesquisas	<u>1.713</u>	<u>1.835</u>
	<u>15.602</u>	<u>16.109</u>
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	<u>(12.487)</u>	<u>(12.800)</u>
	<u>3.115</u>	<u>3.309</u>

A exposição do Instituto a risco de crédito e perdas por redução ao valor recuperável relacionada ao contas a receber de alunos pode ser assim apresentada:

### **Avaliação de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa**

O Instituto utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa com contas a receber. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

O saldo do contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue nos quadros abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política do Instituto:

31/12/2022				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Taxa média ponderada de perda esperada (%)	Saldo líquido
<b>A vencer (*)</b>	2.780	(1.373)	49,39%	1.407
<b>Vencidos:</b>				
1 a 30 dias	866	(200)	23,09%	666
31 a 60 dias	477	(169)	35,43%	308
61 a 90 dias	379	(160)	42,22%	219
91 a 180 dias	997	(482)	48,35%	515
Acima de 180 dias	<u>10.103</u>	<u>(10.103)</u>	<u>100,00%</u>	<u>-</u>
<b>Total geral</b>	<u>15.602</u>	<u>(12.487)</u>	<u>-</u>	<u>3.115</u>

31/12/2021

	Saldo do contas a receber	Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	Taxa média ponderada de perda esperada (%)	Saldo líquido
<b>A vencer (*)</b>	2.763	(1.909)	69,09%	854
<b>Vencidos:</b>				
1 a 30 dias	1.475	(168)	11,39%	1.307
31 a 60 dias	484	(152)	31,40%	332
61 a 90 dias	459	(208)	45,32%	251
91 a 180 dias	1.286	(721)	56,07%	565
Acima de 180 dias	9.642	(9.642)	100,00%	-
<b>Total geral</b>	<u>16.109</u>	<u>(12.800)</u>	<u>-</u>	<u>3.309</u>

(\*) Acordos de títulos a receber de prestação de serviços de ensino renegociados e originalmente vencidos a mais de 180 dias e títulos a vencer de prestação de serviços de ensaios e pesquisas.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida, ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

A movimentação de provisão para créditos duvidosos no exercício está representada a seguir:

**(i) *Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa***

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(13.340)
Perdas no recebimento	59
Reversão de provisão no exercício	<u>481</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(12.800)</u>
Perdas no recebimento	10
Reversão de provisão no exercício	<u>303</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>(12.487)</u></u>

**6 Contas a receber de crédito educativo**

Referem-se a crédito educativo concedido por fundos, que será ressarcido mensalmente pelos alunos beneficiados, decorrido um prazo de carência a partir de sua formatura. Os fundos são:

Fundo Mauá de Bolsas - Constituído em 1966 com recursos próprios e doações;

Fundo Dr. Alfredo Egydio Arruda Villela - Convênio firmado em 1989 com o Banco Itaú S.A; e

Fundo Gabriel Jorge Salomão - Convênio firmado em 2001 com a empresa Saltum Participações e Empreendimentos S/C Ltda.

	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
	2022	2021	2022	2021
Fundo Mauá de Bolsas	32.797	35.743	-	-
Fundo “Dr. Alfredo E.A.Villela”	630	600	2.329	2.074
Fundo “Gabriel Jorge Salomão”	206	258	701	629
	33.633	36.601	3.030	2.703
Subtotal				
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (a)	(8.898)	(9.426)	(247)	(278)
Saldo líquido	24.735	27.175	2.783	2.425
Total circulante	5.975	5.764	2.324	2.046
Total não circulante	18.760	21.411	459	379

**(i) *Movimentação do saldo de contas a receber de crédito educativo***

Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.601
Novos créditos concedidos	2.868
Atualizações monetárias	2.639
Restituições/recebimentos	(8.475)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.633

**(ii) *Movimentação da perda estimada pra créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de crédito educativo***

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(11.332)
Reversão de provisão no exercício	1.906
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(9.426)
Reversão de provisão no exercício (a)	528
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(8.898)

- (a) Em 2022 o saldo da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi ajustado pela reversão de R\$ 528 (R\$ 496 na conta contábil de resultado reversão (provisão) por redução ao valor recuperável de contas a receber e R\$ 32 nas contas (fatos permutativos) contábeis redutoras do ativo e passivo referentes aos fundos/convênios “Dr. Alfredo E.A.Villela” e Fundo “Gabriel Jorge Salomão). O ajuste motivado pela diminuição do saldo de contas a receber do crédito educativo, aumento dos recebimentos, redefinição de critérios para os novos casos de concessões e redução do número de alunos ingressantes. A provisão para perda esperada constituída estima 100% de perda esperada em todas as faixas de atrasos dos títulos vencidos (constituído em sua integralidade por ex-alunos) e, um percentual médio de probabilidade de perda esperada, apurado considerando os eventos passados, condições atuais e previsão de condições econômicas futuras, que é aplicado nos títulos a vencer. A provisão constituída de probabilidade de perda esperada em 2022 corresponde a 26,5% do contas a receber (25,8% em 2021).

## 7 Imobilizado

	Taxa de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2022	2021
Terrenos	-	34.082	-	34.082	34.082
Edifícios e arruamentos	2	67.981	(30.800)	37.181	38.717
Máquinas, equipamentos e instalações	10	63.761	(41.147)	22.614	17.630
Equipamentos de informática	20	23.367	(16.847)	6.520	4.053
Móveis e utensílios	10	6.691	(4.762)	1.929	2.135
Veículos	20	971	(555)	416	72
Livros e revistas para biblioteca	10	3.504	(3.288)	216	240
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	2.154	(2.125)	29	30
Obras e importações em andamento	-	2.543	-	2.543	4.865
		<u>205.054</u>	<u>(99.524)</u>	<u>105.530</u>	<u>101.824</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edifícios e Arruamentos	Máquinas, equipamentos e instalações (a)	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Livros e revistas biblioteca	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras e importações em andamento (a)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	34.082	40.257	19.166	5.573	1.938	4	264	32	2.639	103.955
Adições (a)	-	-	785	674	467	1	40	-	3.106	5.073
Baixas líquidas	-	-	(219)	(554)	(30)	-	-	-	-	(803)
Transferências	-	-	751	-	49	80	-	-	(880)	-
Depreciações	-	(1.540)	(2.853)	(1.640)	(289)	(13)	(64)	(2)	-	(6.401)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	34.082	38.717	17.630	4.053	2.135	72	240	30	4.865	101.824
Adições (a)	-	-	3.550	4.687	125	120	28	-	2.863	11.373
Baixas líquidas	-	-	(70)	(3)	(11)	-	-	-	(6)	(90)
Transferências	-	-	4.894	7	12	266	-	-	(5.179)	-
Depreciações	-	(1.536)	(3.390)	(2.224)	(332)	(42)	(52)	(1)	-	(7.577)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	34.082	37.181	22.614	6.520	1.929	416	216	29	2.543	105.530

- (a) Do total de adições de máquinas, equipamentos e instalações no montante de R\$ 3.550 (R\$ 785 em 2021) e de obras e importações em andamento no montante de R\$ 2.863 (R\$ 3.106 em 2021), o montante de R\$ 1.642 (R\$ 1.398 em 2022 e R\$ 907 em 2021 (sendo deste total R\$ 244 pago com recursos próprios)) foi destinado à equipamentos adquiridos pelo Instituto por meio de contrato de convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), proveniente de reserva técnica institucional e destinada exclusivamente à projetos de pesquisas. O Instituto detém o direito de uso dos equipamentos durante o período do projeto com vigência de 01/11/2021 a 31/10/2027 e, após a conclusão receberá esses bens em doação. O montante de R\$ 1.398 empenhados em 2022 na aquisição desses ativos por meio dos recursos do contrato de convênio encontra-se registrado na rubrica de outras contas a pagar no passivo não circulante, pois representa a obrigação de devolução desses ativos à FAPESP após o projeto estar concluído. Em caso de confirmação de evento de doação dos bens para o Instituto, este passivo se reverte em receita no exercício de competência.



## 8 Previdência complementar

Em 22 de março de 2000, foi constituído Plano de Previdência Complementar de Contribuição Variável com o Itaú Previdência e Seguro S.A., oferecido a todos os funcionários do Instituto. Trata-se de plano de contribuição definida, estando a cargo dos participantes, contribuições mensais calculadas em percentual variável de acordo com o salário. As contribuições do Instituto, em contrapartida a dos participantes, são calculadas em percentual relacionado ao valor da contribuição do participante, considerando a sua idade. Essas contribuições mensais totalizaram R\$ 1.561 em 2022 (R\$ 1.421 em 2021) e estão registradas nas rubricas de custos dos serviços prestados e despesas com pessoal administrativo.

## 9 Depósitos judiciais e provisão para contingências

O Instituto está questionando judicialmente matérias de ordens tributária e trabalhista para as quais foram constituídas provisões para atender a eventuais perdas. Os montantes provisionados a título dessas provisões são julgados suficientes pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

	2022			2021		
	Depósitos judiciais	Montante Provisionado	Ativo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Ativo líquido
Contribuições previdenciárias até abril de 2017 (a.i)	276.247	(276.247)	-	261.671	(261.671)	-
Processos trabalhistas e ações cíveis	152	(709)	(557)	98	(605)	(507)
Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017 (a.ii)	70.801	-	70.801	53.778	-	53.778
PIS (b)	3.218	-	3.218	2.431	-	2.431
	<u>350.418</u>	<u>(276.956)</u>	<u>73.462</u>	<u>317.978</u>	<u>(262.276)</u>	<u>55.702</u>

A seguir, apresentamos um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências:

	2022					
	Saldo inicial 2021	Atualização monetária	Provisões	Reversão de provisões	Pagamentos	Saldo final 2022
Contribuições previdenc. até abril 2017 (a.i)	(261.671)	(14.576)	-	-	-	(276.247)
Processos trabalhistas e ações cíveis (c)	<u>(605)</u>	<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(709)</u>
<b>Total de contingências</b>	<u>(262.276)</u>	<u>(14.576)</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(276.956)</u>

	<b>2021</b>					
	<b>Saldo inicial 2020</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Provisões</b>	<b>Reversão de provisões</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo final 2021</b>
Contribuições previdenc. até abril 2017 (a.i)	(256.265)	(5.406)	-	-	-	(261.671)
Processos trabalhistas e ações cíveis (c)	(2.125)	-	(109)	-	1.629	(605)
<b>Total de contingências</b>	<b>(258.390)</b>	<b>(5.406)</b>	<b>(109)</b>	<b>-</b>	<b>1.629</b>	<b>(262.276)</b>

A seguir, apresentamos um demonstrativo da movimentação dos depósitos judiciais:

	<b>2022</b>				
	<b>Saldo inicial 2021</b>	<b>Novos depósitos</b>	<b>Levantamento de depósitos</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Saldo final 2022</b>
<b><i>Depósitos judiciais com provisão para contingências</i></b>					
Contribuições previdenciárias até abril de 2017 (a.i)	261.671	-	-	14.576	276.247
Processos trabalhistas-depósitos recursais (c)	98	62	(8)	-	152
	<b>261.769</b>	<b>62</b>	<b>(8)</b>	<b>14.576</b>	<b>276.399</b>
<b><i>Depósitos judiciais sem provisão para contingências</i></b>					
Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017 (a.ii)	53.778	10.739	-	6.284	70.801
PIS (b)	2.431	498	-	289	3.218
	<b>56.209</b>	<b>11.237</b>	<b>-</b>	<b>6.573</b>	<b>74.019</b>
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>317.978</b>	<b>11.299</b>	<b>(8)</b>	<b>21.149</b>	<b>350.418</b>
	<b>2021</b>				
	<b>Saldo inicial 2020</b>	<b>Novos depósitos</b>	<b>Levantamento de depósitos</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Saldo final 2021</b>
<b><i>Depósitos judiciais com provisão para contingências</i></b>					
Contribuições previdenciárias até abril de 2017 (a.i)	256.265	-	-	5.406	261.671
Processos trabalhistas-depósitos recursais (c)	-	98	-	-	98
	<b>256.265</b>	<b>98</b>	<b>-</b>	<b>5.406</b>	<b>261.769</b>
<b><i>Depósitos judiciais sem provisão para contingências</i></b>					
Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017 (a.ii)	42.022	9.823	-	1.933	53.778
PIS (b)	1.879	463	-	89	2.431
	<b>43.901</b>	<b>10.286</b>	<b>-</b>	<b>2.022</b>	<b>56.209</b>
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>300.166</b>	<b>10.384</b>	<b>-</b>	<b>7.428</b>	<b>317.978</b>

**a. Contribuições previdenciárias**

Referem-se às contribuições previdenciárias do Instituto (cota patronal), cuja obrigação vem sendo discutida e depositada judicialmente desde 1999.

**(i) Contribuições previdenciárias até abril de 2017**

Ação ordinária relativa à contribuição social que trata o parágrafo 7º do art. 195 da Constituição Federal declarando a inexistência da relação jurídica que autorizasse o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a exigir as contribuições sociais-patronais (desde que atendidos os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, e só deles) para o período de maio de 1999 a abril de 2017. Em 24 de março de 2017, a ação transitou em julgado com decisão desfavorável ao IMT. Os assessores jurídicos solicitaram o levantamento dos valores depositados sem justa causa, referentes às contribuições ao salário educação, FNDE, SENAC, SESC, SEBRAE e INCRA intituladas como contribuição de intervenção no domínio econômico, compreendidos entre o período de 3 de maio de 1999 e 20 de outubro de 2010, visando postergar eventual pedido de conversão em renda a favor da União. O Instituto mantém provisão para contingências e depósitos judiciais para a integralidade da ação.

**(ii) Contribuições previdenciárias a partir de maio de 2017**

Em 16 de junho de 2017, o Instituto ingressou com uma nova ação judicial para os fatos ocorridos a partir deste período, em razão de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido que a lei ordinária não pode dispor sobre os requisitos da limitação do poder de tributar da Administração Pública e, atualmente, a lei que rege essa limitação é uma lei ordinária, quando, no entendimento da Suprema Corte, deveria ser lei complementar. A classificação de perda desse novo processo não é provável. Dessa forma, o Instituto realiza os depósitos judiciais sem a respectiva provisão para contingências

**b. Programa de Integridade Social (PIS)**

Refere-se à contribuição que é calculada sobre a folha de pagamento de salários que está sendo discutida judicialmente. O Instituto está contestando judicialmente o recolhimento desta contribuição e requerendo o indébito dos últimos cinco anos. Atualmente, a lei que dispõe sobre esta contribuição é uma lei ordinária. Todavia o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a lei ordinária não pode dispor sobre os requisitos da limitação do poder de tributar da Administração Pública, e sim lei complementar. O Instituto, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, que entendem que o risco de perda é remoto, não está constituindo a provisão, porém realizando os depósitos judiciais.

**c. Processos trabalhistas e ações cíveis**

Referem-se a processos movidos por ex-professores e ex-funcionários do Instituto que estão em andamento e a processos de ações cíveis. O Instituto possui ações dessa natureza que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R\$ 4.695 (R\$ 3.775 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, existem outras matérias de ordem tributária não vinculados a processos judiciais para as quais não foram constituídas provisões pela Administração, visto que a probabilidade de perda é possível. As principais causas são como seguem:

**(i) Imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras**

Os rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo Instituto não vêm sofrendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, em razão de liminar com efeito suspensivo de cobrança, obtida em mandado de segurança impetrado e em medida cautelar deferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.802, que suspende, até a decisão final da ação, a aplicação do disposto no parágrafo primeiro do art. 12 da Lei nº 9.532/97, que instituiu a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras para entidades imunes. O montante estimado relativo aos exercícios de 2018 a 2022 é de R\$ 30.228 (R\$ 24.240 até 31 de dezembro de 2021).

**(ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-5, suspendendo a eficácia da Lei nº 9.732/98, arts. 4º e 7º, que, a partir de 1º de abril de 1999, cancelava toda e qualquer isenção concedida em caráter geral e especial de contribuição para a seguridade social. No entendimento dos assessores legais do Instituto, as exigências contidas nos dispositivos da lei estão suspensas, não podendo ser aplicadas, para efeito de cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro a entidades imunes. O montante estimado relativo aos exercícios de 2018 a 2022 é de R\$ 18.761 (R\$ 17.681 até 31 de dezembro de 2021).

## 10 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2022	2021
Salários a pagar (a)	4.812	2.381
Férias a pagar	3.687	3.438
IRRF a recolher sobre folha de pagamento	1.857	1.632
FGTS a recolher sobre folha de pagamento	461	419
INSS a recolher sobre folha de pagamento	423	380
Outras obrigações com pessoal	46	49
	<u>11.286</u>	<u>8.299</u>

- (a) Refere-se ao saldo de salários a pagar (competência dezembro) e de provisão de reajuste salarial de 10,78% definido em convenção coletiva referente ao dissídio dos professores de março a dezembro de 2022. Nesta provisão foi desconsiderado o montante pago a título de antecipação de 5% de reajuste salarial concedido pelo Instituto de agosto a dezembro do mesmo período. O reajuste integral dos docentes ainda não foi pago porque o Instituto está seguindo as orientações do sindicato patronal que está em negociação com a categoria.

## 11 Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, o Instituto deve aplicar integralmente suas rendas, recursos e superávits na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

## 12 Receita operacional líquida

O Instituto gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de ensaios e pesquisas.

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultados dos exercícios:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Mensalidade - Graduação	100.864	99.383
Mensalidade - Pós-graduação	6.598	7.184
Ensaio e pesquisas	12.921	12.751
Receita com trabalhos voluntários	129	143
	120.512	119.461
Bolsas de estudo	(9.980)	(9.395)
Descontos, abatimentos e desistências	(273)	(527)
	(10.253)	(9.922)
	110.259	109.539

- **Graduação:** prestação de serviços relativa a cursos de graduação em Administração, Design, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia Química do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia.
- **Pós-graduação:** prestação de serviços relativa a cursos de pós-graduação em Engenharia, Tecnologia da Informação e Gestão do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, sendo classificadas ainda entre especialização/MBA, aperfeiçoamento e atualização.
- **Ensaio e pesquisas:** prestação de serviços do Centro de Pesquisas do Instituto Mauá de Tecnologia.
- **Bolsas de estudo** gratuitas concedidas a alunos indicados pelas Prefeituras de São Paulo e de São Caetano do Sul, funcionários, filhos de funcionários e de professores, alunos irmãos, cônjuges, pais e filhos, ex-alunos, melhores alunos de cada série, melhores alunos classificados no processo seletivo e aos alunos indicados pela presidência do IMT.
- **Descontos e abatimentos** concedidos a ex-alunos dos cursos de graduação que estão cursando pós-graduação e **desistências** ocorridas durante o exercício.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

<b>Tipo de produto</b>	<b>Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Reconhecimento da receita conforme o CPC47</b>
<b>Prestação de serviços</b>	<p>O Instituto obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), ensaios e pesquisas, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço.</p> <p>Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.</p>	<p>As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço das mensalidades é individual por cursos, determinado com base nos preços de tabela em que o Instituto vende serviços em transações separadas.</p> <p>As mensalidades recebidas antecipadamente são reconhecidas como receitas diferidas, no passivo circulante; as mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pelo Instituto no exercício social em curso e que serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.</p>

### 13 Custo dos serviços prestados - Outros

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depreciações e amortizações	(6.804)	(6.277)
Energia elétrica, telefone e água	(2.988)	(2.678)
Conservação e manutenção	(2.846)	(2.423)
Materiais didáticos e de consumo	(2.840)	(1.495)
Consultorias	(1.867)	(2.229)
Aluguéis	(1.007)	(263)
Combustíveis e lubrificantes	(995)	(982)
Viagens, congressos e cursos	(745)	(299)
Transportes	(649)	(180)
Brindes	(292)	(49)
Diversos	<u>(4.318)</u>	<u>(2.462)</u>
	<u>(25.351)</u>	<u>(19.337)</u>

### 14 Despesas com vendas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Divulgação, anúncio e publicidade	<u>(9.005)</u>	<u>(7.044)</u>

## 15 Reversão (provisão) por redução ao valor recuperável de contas a receber

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Reversão no exercício – Clientes (nota explicativa nº 5)	303	481
Reversão no exercício – Crédito educativo (nota explicativa nº 6)	<u>496</u>	<u>1.782</u>
<b>Total</b>	<u><b>799</b></u>	<u><b>2.263</b></u>

## 16 Resultado financeiro

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b><i>Receitas financeiras</i></b>		
Rendimento de aplicações financeiras (a)	51.064	18.779
Atualizações dos depósitos judiciais	6.573	2.021
Atualizações do contas a receber do crédito educativo	2.585	1.430
Multa e juros sobre mensalidades recebidas em atraso	2.434	2.296
Outras receitas financeiras	<u>626</u>	<u>520</u>
<b>Total</b>	<u><b>63.282</b></u>	<u><b>25.046</b></u>
 <b><i>Despesas financeiras</i></b>		
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	<u>(285)</u>	<u>(721)</u>
<b>Total</b>	<u><b>(285)</b></u>	<u><b>(721)</b></u>
 <b>Resultado financeiro líquido</b>	 <u><b>62.997</b></u>	 <u><b>24.325</b></u>

(a) O aumento expressivo de 171,92% nas receitas com rendimentos de aplicações financeiras (constituídas de fundos DI e CDBs) se deu principalmente em função das mudanças e elevações das taxas SELIC promovidas pelo Banco Central do Brasil em 2022 e 2021. A SELIC média para o ano 2021 foi de apenas 4,81% enquanto a SELIC média para o ano de 2022 foi de 12,65%, representando uma elevação de 163% em 2022 em comparação a 2021. Além disso, a média de recursos aplicados financeiramente em 2022 foi maior que em 2021 em função da geração de caixa positiva no último ano que permitiu ao Instituto aumentar o volume de recursos aplicados.

## 17 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### *Visão geral*

O Instituto possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito; e

Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Instituto para cada um dos riscos acima, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração e gerenciamento de riscos.

#### *a. Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a receber de crédito educativo.

#### **Exposição a risco de créditos**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	253	229
Aplicações financeiras	398.042	369.782
Bancos conta vinculada	23.062	14.648
Contas a receber de clientes	15.602	16.109
Contas a receber do crédito educativo	<u>33.633</u>	<u>36.601</u>
<b>Total</b>	<u><u>470.592</u></u>	<u><u>437.369</u></u>

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A política de gestão de risco corporativo determina que o Instituto avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Instituto. Este possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

**Contas a receber de clientes e do crédito educativo** - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas anualmente, momento no qual os débitos são quitados e/ou renegociados. E para o contas a receber do crédito educativo, o ressarcimento ocorre mensalmente decorrido um prazo de carência após a sua formatura. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2022, o Instituto possuía provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 12.487 sobre o contas a receber de clientes, e de R\$ 8.898 sobre o contas a receber do crédito educativo, para fazer face ao risco de crédito.



*a. Risco de liquidez*

O Instituto adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

*b. Estimativa do valor justo*

O Instituto divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

**Valor justo versus valor contábil**

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

*c. Hierarquia do valor justo*

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes dos mencionados abaixo em outras categorias:

<b>Ativos</b>	<b>Classificação</b>	<b>Hierarquia de valor justo</b>	<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
Caixa e Equivalentes de caixa – Bancos conta movimento	Custo amortizado	Nível 1	253	229
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	398.042	369.782
Bancos conta vinculada	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	23.062	14.648
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 1	364	360
			<u>421.721</u>	<u>385.019</u>
<b>Passivos</b>	<b>Classificação</b>		<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>31 de dezembro de 2021</b>
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		4.261	3.900
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)		2.652	1.968
			<u>6.913</u>	<u>5.868</u>

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

**Nível I** - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível II** - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

**Nível III** - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Instituto classificou como Nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e como Nível II os ativos financeiros, incluindo as aplicações financeiras.

## **18 Partes relacionadas**

O Instituto contratou os serviços especializados da empresa Associação Brasileira de Soldagem, controlada pelo Sr. Daniel Marques de Almeida, atual vice-presidente do IMT. O Instituto incorreu em transações com partes relacionadas no exercício de 2022 na quantia de R\$ 144 (R\$ 84 em 2021).

## **19 Remuneração da Administração**

O Instituto não remunera os membros da sua Diretoria Estatutária, tampouco seu presidente. O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

## **20 Renúncia fiscal**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função de o Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita de ensino, ensaios e pesquisas (ISS 5%).

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

\* \* \*

Valdecir Jorge Aparecido Leonardo  
Superintendente geral (interino) e  
Superintendente administrativo

Norberto Giuntini  
Superintendente-financeiro

Rosilene Aparecida Padeti Vera  
Contadora  
CRC 1SP218777/O-3